

ATA	Pág. 1/5
------------	----------

Designação	N.º	08/2012
Reunião Conselho Executivo da CIMT	Data	20/07/2012
Presenças		
Presidência	Nome	
Presidente CE da CIMT	António Rodrigues	
Vice-Presidente da CIMT (Presidente CM Constância)	Máximo Ferreira	
Restantes Membros		
Presidente CM Abrantes	Maria do Céu Albuquerque	
Presidente CM Alcanena	Fernanda Asseiceira	
Presidente CM Entroncamento	Jaime Ramos	
Vice-presidente CM Mação	Vasco Estrela	
Presidente CM Ferreira do Zêzere	Jacinto Lopes	
Vice-Presidente CM Ourém	José Alho	
Vice-Presidente CM Sardoal	Miguel Borges	
Presidente CM Tomar	Carlos Carrão	
Outros		
CIMT	Secretária Executiva	
CIMT	Rita Trindade	
CIMT	Cristina Diogo	

Ordem de Trabalhos

09h30

ATA

Aprovação da ata da reunião anterior

ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Informações

- 1.1. Protocolo com IPT – Ponto de Situação
- 1.2. Lei dos Compromissos - Comunicado

ORDEM DO DIA

- 2.** Resumo Diário de Tesouraria
- 3.** Médio Tejo – Gestão em SIG – Reprogramação Financeira
- 4.** CIMT – Gestão
 - 4.1. Projetos em curso – Ponto de Situação
 - 4.2. Lei dos Compromissos – Análise e tomada de posição
 - 4.3. Devolução Notas de Débito
 - 4.4. Mapa das dívidas e planos de liquidação
- 5.** QREN – Ponto de Situação
- 6.** Central de Compras – Estudo prévio de combustíveis

ATA

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da ata da reunião anterior, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

Depois de lida, foi aprovada por unanimidade.

ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Informações

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues abordou algumas questões começando pela proposta de Lei que está em cima da mesa para as Comunidades Intermunicipais. Teceu alguns comentários sobre o QREN e sobre as urgências dos hospitais do Médio Tejo.

Abordou de igual modo o protocolo que a CIMT assinou com o IPT realçando a necessidade de ser efetuado um seminário para Setembro, para que seja dada a devida expressão a este protocolo. Alertou que estava agendada uma nova reunião com o IPT no próximo dia 30 de Julho.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Abrantes pediu a palavra para abordar a questão dos bombeiros. Informou os colegas que já tinha sido criada a legislação para os agrupamentos de bombeiros que iria permitir outras abordagens. Comunicou de igual modo que estava a ponderar realizar uma reunião mas só depois de ser ultrapassada a fase difícil dos incêndios. A ideia seria o Médio Tejo ser piloto nesta fase com a criação de 2 forças operacionais conjuntas ou dois agrupamentos. Comentou que sermos piloto daria ao Médio Tejo alguma margem de manobras. Referiu já ter enviado para a Comunidade a Lei e o Protocolo sobre esta matéria. Propôs ao Conselho Executivo uma reunião para Setembro exclusiva sobre esta matéria com Dr. Chambel.

Referiu de igual modo a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Abrantes que deveria ser tomada uma posição conjunta sobre a A23 e a A13.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues mostrou-se também preocupado com a A23 reiterando o que foi dito pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Abrantes. Face ao exposto, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade que fosse enviado um ofício para o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a solicitar a devida intervenção sobre esta matéria. Foi de igual modo deliberado enviar uma nota de imprensa à comunicação social sobre este assunto.

Ainda a pedido da Senhora Presidente da CM de Abrantes, foi levantada a questão dos tribunais, tendo sido efetuados alguns comentários sobre esta matéria.

ORDEM DO DIA

2. Resumo Diário de Tesouraria

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do resumo diário de tesouraria n.º 136/2012 em 17/07/2012, anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.

Os Senhores Presidentes tomaram conhecimento do seu conteúdo.

3. Médio Tejo – Gestão em SIG – Reprogramação Financeira

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º 24/SIG/2012 – Candidatura Intermunicipal Médio Tejo – Gestão em SIG – Proposta de reprogramação temporal (física e financeira) – Memória Descritiva.

A técnica da CIMT afeta a este projeto, Ana Esteves, teceu alguns esclarecimentos aos Senhores Presidentes a pedido da Secretária Executiva.

Atendendo ao ponto de situação da execução dos investimentos, Ana Esteves, referiu que se tinha verificado a necessidade de proceder a retificações aos dados constantes na candidatura aprovada.

Face ao exposto, vinha-se solicitar autorização para a submissão ao Programa Operacional Regional do Mais Centro a memória descritiva referente à reprogramação da Candidatura do Projeto “Médio Tejo – Gestão em SIG”.

O Conselho Executivo referiu que o Projeto da Afirmação Territorial do Médio Tejo estava a aguardar a aprovação e o pedido de reprogramação por parte do Mais Centro. Tendo em conta esta situação, o Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues, esclareceu os restantes presidentes que era mais sensato aguardar essa resposta, pois iria haver um reforço de verba que poderia ser transferido para a candidatura Médio Tejo – Gestão em SIG.

Face ao exposto, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade para já não se avançar com a reprogramação financeira da Gestão em SIG, devendo aguardar a resposta do Mais Centro no âmbito da Afirmação Territorial, pois assim poderá ser canalizada verba para a gestão em SIG e baixar a despesa dos Municípios.

A Senhora Presidente da CM de Abrantes sugeriu que fosse pensada a possibilidade de ser criado um gabinete técnico florestal do Médio Tejo no âmbito do SIG.

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

4. CIMT – Gestão

4.1. Projetos em curso – Ponto de Situação

A Secretária Executiva conforme acordado com o Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues convocou os técnicos afetos aos projetos para prestarem alguns esclarecimentos na reunião.

O primeiro projeto a ser abordado foi o **Projeto da Afirmação Territorial do Médio Tejo**. Foi referido que no seguimento da decisão da Comissão Diretiva do Programa Operacional do Centro, que aprovou a alteração n.º 1 com data de conclusão de 31 de dezembro de 2012 e não de 30 de Abril de 2013, a CIMT procedeu a uma análise interna da operação, no sentido de aquilatar quais as componentes e respetivas ações em condições de serem efetivamente executadas.

Neste sentido apresentou-se uma proposta de reprogramação da operação que consubstancia a preocupação de salvaguardar a execução da operação, através da exclusão das componentes cujo estado de maturidade não permite que sejam executadas em tempo e incluir uma nova ação em condições de ser executada. Assim, é proposto a exclusão das componentes “Competências”, “Afirmação Territorial” e “Marca Regional” e as alterações das componentes “Promoção do Turismo”, “Promoção e Divulgação” e “Despesas com Pessoal”. No que diz respeito às componentes propostas para exclusão, estas não apresentam, neste momento, um estado de maturidade que permitira garantir que estejam encerradas até à data de conclusão da operação.

Relativamente às componentes **“Competências”** e **“Afirmação Empresarial”**, importa referir que a CIMT conferiu prioridade ao desenvolvimento da operação “Médio Tejo – Empreendedorismo em Rede”, aprovada no âmbito do Eixo 1 do POR Centro, que visa a implementação de ações relacionadas com a vertente empresarial

da região, através do funcionamento em Rede de um conjunto alargado de atores regionais. De referir igualmente que estas duas componentes de investimento necessitam de reapreciação e reflexão interna, tendo em consideração o atual panorama económico e social e as novas medidas de apoio a implementar pelo governo, tal como a iniciativa "Impulso Jovem" do Plano Estratégico de iniciativas à Empregabilidade Jovem e de Apoios às PME.

No que diz respeito à componente "Promoção do Turismo" foi decidido que seriam mantidas as ações já adjudicadas (Diverso Material de Promoção Turística), em curso (Aquisição de Equipamentos multimédia: Rede de Espaços Virtuais) e por adjudicar (Plano Estratégico de Turismo e Certificação Herity).

No âmbito do Projeto do **Transporte a Pedido** foi transmitido aos Senhores Presidentes que, no âmbito do projeto "Transporte a Pedido no Médio Tejo – Arranque", encontra-se pendente a adjudicação dos serviços de transporte, sendo que essa adjudicação é essencial para a operacionalização da "Experiência Piloto do Transporte a Pedido no Concelho de Mação".

Salientou-se que, a candidatura aprovada pelo POVT, prevê que a referida experiência piloto tenha a duração de seis meses e que a data de término da candidatura é Novembro de 2012. Uma vez que ainda não foi feita a adjudicação dos serviços de transporte, os seis meses da experiência irão sair fora do período de execução da candidatura e, como tal, não serão financiados. Foi referido que a CIMT poderá tentar submeter uma reprogramação temporal, mas estando a candidatura já com 36 meses não é garantido que o POVT a aprove.

Finalmente, informou-se os Senhores Presidentes que o concorrente que apresentou a única proposta, no âmbito do procedimento "Aquisição de Serviços de Transporte para Realização de experiência Piloto de Transporte a Pedido no Concelho de Mação", só é obrigado a manter a proposta apresentada até ao dia 10 de Agosto 2012 (data em que termina os 90 dias estipulados na alínea b), do nº5 do Convite).

Foi deliberado que em Outubro seria analisada essa adjudicação, em função dos fundos disponíveis dos municípios, ou dos fundos da CIMT. Caso em Outubro se verifique que os municípios não dispõem de fundos disponíveis, mas a Comunidade sim, poderá ser colocada a hipótese de ser a CIMT a avançar com a contrapartida nacional, para que o projeto não pare.

No âmbito do Projeto **Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local - PIAL**, foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação nº 38/2012/GE - Autorização para disponibilização no sítio do PIAL dos Percursos Acessíveis, Barreiras e Planos Locais de Promoção da Acessibilidade para os Aglomerados Urbanos de Abrantes, Rossio, Pego, Tramagal, Entroncamento, Ourém, Fátima e Tomar, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

Relativamente a este assunto, foi deliberado a não autorização sem uma prévia validação, da informação em questão, pelos municípios envolvidos. Deste modo, para já não será efetuada a disponibilização da referida informação no sítio do PIAL, no entanto, após a conclusão dos trabalhos pela empresa adjudicatária será novamente presente ao Conselho Executivo um pedido de autorização para disponibilização no sítio do PIAL dos Percursos Acessíveis, Barreiras e Planos Locais de Promoção da Acessibilidade para os Aglomerados Urbanos de Abrantes, Rossio, Pego, Tramagal, Entroncamento, Ourém, Fátima e Tomar.

4.2. Lei dos Compromissos – Análise e tomada de posição

Este assunto não foi analisado.

4.3. Devolução Notas de Débito

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º 04/AF/201 – Devolução de notas de débito por

parte dos Municípios associados, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.
Os Senhores Presidentes tomaram conhecimento do conteúdo da presente informação.

4.4. Mapa das dívidas e planos de liquidação

Este assunto não foi analisado.

5. QREN – Ponto de Situação

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do ponto de situação do QREN, anexo à presente ata e do qual faz parte integrante.

O Conselho Executivo tomou conhecimento.

6. Central de Compras – Estudo Prévio de combustíveis

Foi apresentado ao Conselho Executivo cópia de um estudo prévio sobre os combustíveis no âmbito da Central de Compras.

O Conselho Executivo tomou conhecimento do estudo apresentado.

7. OUTROS ASSUNTOS

5.ª Alteração ao Orçamento e PPI

Foi apresentado ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º 06/SV/2012, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues referiu a necessidade de ter agendado este assunto, visto se ter verificado a necessidade de efetuar um reforço de verba para o processamento dos vencimentos referentes ao mês de Julho.

Face ao exposto, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade aprovar a presente alteração orçamental.

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.